

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DOS ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Edilene de Oliveira Batista ¹

Joice Isler ²

Márcia Duarte Galvani ³

Helen Cristiane da Silva Theodoro ⁴

Ailton Barcelos da Costa ⁵

RESUMO

Nos últimos anos houve um aumento significativo do Público-alvo da Educação Especial (PAEE) ingressando nos Institutos Federais (IFs), em especial aqueles com altas habilidades/ superdotação (AH/SD). Especificamente, estudantes com AH/SD são aqueles que demonstram potencial de nível elevado em atividades de seu interesse, grande capacidade criativa e envolvimento com o processo de ensino aprendizagem. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as produções científicas que abordam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destes estudantes no contexto dos IFs. O estudo foi qualitativo, do tipo revisão sistemática e analisou publicações recuperadas na biblioteca virtual Periódicos Capes e SciELO (Scientific Electronic Library Online). A busca pelas amostras resultou em um número final de dois artigos, que foram lidos e analisados na íntegra. Os dados foram analisados de forma comparativa e discutidos com o auxílio da literatura. De modo geral, o estudo destacou que o Napne tem um papel crucial no planejamento e implementação de ações inclusivas para estudante com AH/SD. Os autores descrevem que as ações do Napne não se limitam a oferecer suporte aos alunos, mas também atuam assessorando professores durante as aulas, oferecendo acompanhamento diário aos estudantes e promovendo a formação de professores. De acordo com os estudos também podemos destacar a importância de fortalecer as ações do Napne para consolidar o AEE nos IFs. Para que essa consolidação aconteça de forma efetiva há necessidade de um trabalho colaborativo entre o educador especial e professores das classes regulares no planejamento e execução do plano de AEE. Percebe-se que ainda é um tema pouco discutido no ambiente acadêmico e inclusive sua implantação ainda é precária, isso pode ser constatado pelos poucos resultados encontrados na literatura que abordem essa temática.

Palavras-chave: Altas Habilidades/ Superdotação, Educação Especial, Inclusão Escolar, Instituto Federal.

1 Graduanda do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – SP, ebatista@estudante.ufscar.br;

2 Graduanda do Curso de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – SP, joiceisler@estudante.ufscar.br;

3 Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – SP, marciaduarte@ufscar.br;

4 Doutoranda de Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos – SP, helenetheodoro@estudante.ufscar.br;

5 Doutor em Educação Especial e Pós-doutorando pela Universidade Federal de São Carlos – SP, ailton.barcelos@ufscar.br;



INTRODUÇÃO

As mudanças na legislação brasileira a partir do final da década de 1980 refletem o reconhecimento como direito social à educação para todos, independentemente de suas especificidades de aprendizagem. Entre essas normativas, podemos destacar a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como um direito universal em seu artigo 205 (BRASIL, 1988). Esse documento também garante aos estudantes “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988, art. 206, inciso I) e determina o dever do Estado na oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com deficiência “[...] preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, art. 208, inciso III).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, foi pioneira no reconhecimento da Educação Especial como modalidade de educação e ao dedicar um capítulo específico para ela (Brasil, 1996). A LDBEN volta a destacar a importância de o ensino ocorrer preferencialmente na rede regular e da oferta de serviços de apoio especializado para atendimento das especificidades dos estudantes da Educação Especial (BRASIL, 1996). Outra contribuição importante desta lei é a garantia de que as escolas se adequem para o atendimento das necessidades desses estudantes, a partir de:

- [...] I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996, art. 59, incisos I, II e III)

Alguns anos depois, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI) apresenta o atual Público-alvo da Educação Especial (PAEE), que é composto por estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e



com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) (Brasil, 2008). Ademais, essa política amplia a definição da Educação Especial ao entendê-la como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008b, p. 16, grifo nosso).

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado tem como proposta promover o aprendizado dos estudantes e deve ser realizado em contr turno ao da classe comum, na unidade escolar ou centro especializado que contribui com esse serviço (BRASIL, 2008b, p. 16).

A legislação novamente destaca a garantia dos serviços e recursos da Educação Especial por meio da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Em seu artigo 28, a LBI “[...] incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar” os sistemas de ensino na adoção das medidas para garantia do atendimento às necessidades educacionais dos estudantes da Educação Especial (BRASIL, 2015).

Um ponto em comum às leis mencionadas é a reestruturação do ambiente escolar como dever das unidades escolares. Para a efetividade das políticas apresentadas, é imprescindível que ocorram mudanças desde a arquitetura escolar, até a criação de uma cultura escolar inclusiva, passando pela escolha do mobiliário adequado, organização dos espaços e dos tempos escolares, adequações na prática docente, seus materiais didáticos e no currículo escolar (BRASIL, 2008b; 2015).

Especificamente, estudantes com AH/SD são aqueles que demonstram potencial de nível elevado em atividades de seu interesse, grande capacidade criativa e envolvimento com o processo de ensino aprendizagem (Renzulli, 2012). É importante a identificação de estudantes com AH/SD, pois dessa forma podem ser encaminhados para o AEE, haja vista, que estes apresentam particularidades que necessitam de estímulos para que possam desenvolver seu potencial por completo (Zaia; Nakano, 2020).

A partir do estudo de Renzulli (2021) e de Rangni, Rossi e Koga (2021), duas formas distintas de superdotação podem ser destacadas: a acadêmica e a criativa-produtiva. A primeira está presente em ambientes acadêmicos e intelectuais e se destaca pela grande capacidade de análise, enquanto a segunda descreve características de estudantes que demonstram pensamento criativo e inovador.



Especificamente no contexto dos IFs, Volante, Costa e Cordeiro (2021) apontam que a implementação e efetivação da educação escolar na perspectiva inclusiva representa um grande desafio. Representando boa parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os IFs foram criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e são instituições públicas que ofertam cursos de educação básica, técnico de nível médio e superior - tecnólogo e licenciatura (BRASIL, 2008a).

Vilaronga et al. (2021), embasadas em estudos anteriores, afirmam que os Napnes foram criados pela ação do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Tecnep). Segundo as autoras, essa criação ocorreu com o objetivo de cultivar a educação para a convivência e acolhimento da diversidade com a intenção de eliminar as barreiras, sejam elas arquitetônicas, atitudinais e educacionais (Viralonga *et al.*, 2021). Medeiros (2019) complementa que os Napnes deveriam apoiar os IFs – e demais instituições da Rede EPCT – no planejamento, acompanhamento e suporte ao desenvolvimento de práticas e condutas capazes de remover barreiras em relação aos estudantes do público da Educação Especial.

Além dos Napnes, essas instituições contam com outras possibilidades de serviços de apoio aos estudantes público da Educação Especial, entre eles aqueles com AH/SD, como o AEE e o acompanhamento de equipe multiprofissional (Viralonga *et al.*, 2021). Considerando o exposto e a relevância do tema, esta pesquisa tem como objetivo analisar as produções científicas que abordam o Atendimento Educacional Especializado (AEE) destes estudantes no contexto dos IFs.



Como critérios de exclusão serão adotados: divergência das temáticas escolhidas (AH/SD e IFs); presença parcial dos descritores utilizados na busca; enfoque em níveis, modalidades e etapas de ensino não ofertadas pelos IFs; indisponibilidade do artigo na íntegra; e artigos disponibilizados apenas em língua estrangeira.



Inicialmente, foram encontrados 14 artigos, dos quais quatro estavam duplicados, ficando para a etapa de exclusão e inclusão 10 artigos. Após a seleção seguindo os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados o total de quatro artigos. Após a leitura de títulos e resumos, constatou-se apenas dois deles tratavam do AEE, o qual foram selecionados.

Os resultados atingidos com a busca foram armazenados em planilha eletrônica no Google Sheets e no software gerenciador de referências Zotero após serem filtrados por meio de critérios de exclusão e inclusão.

A análise foi realizada por meio da organização dos dados em quadros representando o perfil das produções recuperadas: título, ano de publicação, autores, idioma, base de dados, abordagem e assunto desenvolvido, explorando suas similaridades e diferenças, utilizando descrição e síntese (Hohendorf, 2014). Os resultados e conclusões dos trabalhos analisados foram organizados de acordo com a caracterização e classificação temática para AEE nos Institutos Federais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Somando-se os estudos recuperados nas duas etapas, ficaram para leitura na íntegra dois artigos.

De maneira geral na Tabela 1, foi possível identificar que as pesquisas se encontram entre os anos de 2008 e 2024, permitindo observar um artigo do ano de 2017 e o outro de 2024.

Tabela 1: Perfil das produções quanto ao título, ano, autores, base de dados, abordagem e tipo de trabalho.



Os resultados e conclusões dos artigos com seus descritores são mostrados na Tabela 2, sendo encontrados quatro estudos com abordagem qualitativa e um com abordagem documental.

Nº	Título	Ano	Strings	Autores (as)	Base de Dados	Tipo de trabalho
1	Altas habilidades/superdotação e o atendimento educacional especializado na educação profissional, técnica e tecnológica: desafios e perspectivas	2017	altas habilidades AND Instituto Federal AND inclusão	Carolina R. Zago e Eduardo A. W. Ribeiro	Portal Periódicos	Artigo
2	A Educação Inclusiva e a Atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE): Estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	2024	altas habilidades AND Instituto Federal AND napne	Ana A. S. Mendonça e Wenceslau G. Neto	Portal Periódicos	Artigo



Autor e Ano	Tipo de pesquisa	Objetivo	Principais Resultados	Conclusão
(Zago, Ribeiro, 2017)	Qualitativa	Enfatizar a importância do atendimento educacional especializado no IFC em particular dos estudantes identificados com altas habilidades/super dotação, o qual deve proporcionar e garantir a esses estudantes ensino adequado a suas singularidades	Constatou que são necessários percursos efetivos de identificação e intervenção pedagógica, adequados às singularidades apresentadas pelos estudantes com altas habilidades/superdotação. Essas ações requerem uma atuação multidisciplinar e o trabalho conjunto dos profissionais da instituição.	Para que ocorra o processo de inclusão dos estudantes com altas habilidades/super dotação, há necessidade de que a instituição seja responsável pela elaboração do plano de AEE. Nesse processo se faz necessário uma parceria entre o professor de ensino especializado, professor de ensino regular e outros profissionais da instituição para a criação de estratégias que permeiem a individualidade de cada estudante.
(Mendonça, Neto, 2024)	Documental/ Campo	Identificar o NAPNE e seu trabalho dentro do IFTM. Conhecer as suas ações junto aos professores, estudantes com necessidades específicas, com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento	As diversas ações do NAPNE contribuem para que o processo de ensino aprendizagem aconteça de forma efetiva e eficiente para estudantes público-alvo da educação especial.	As ações NAPNE vão além das preconizadas para o público-alvo da educação especial, permeando ações que abrangem outros estudantes com dificuldades de aprendizagem e socialização.



		o (TGD) e Altas Habilidades/ Superlotação (AH/SD) e representativos da normalidade e a comunidade escolar como um todo		
--	--	---	--	--

Tabela 2: Caracterização dos estudos após uma análise criteriosa quanto ao título, objetivo, principais resultados e conclusão.

Fontes: Autores da pesquisa (2025)

AEE nos Institutos Federais

Nos Institutos Federais (IFs), o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne) tem papel fundamental no planejamento e implantação de ações inclusivas para o público-alvo da educação especial, colaborando para a permanência desses estudantes na instituição e sua passagem para o mercado de trabalho. Cada Instituto Federal pode organizar esse serviço de forma específica, dependendo das circunstâncias como suas características e demandas da comunidade acadêmica, mas geralmente conta com, no mínimo, cinco pessoas: dois docentes, dois técnicos administrativos e um estudante regularmente matriculado (Mendonça; Neto, 2024).

Mendonça e Neto (2024) relatam que as funções desse do Napne não se limitam apenas ao suporte oferecido direto ao estudante, mas esse setor contribui assessorando os professores durante as aulas, acompanhamento dos estudantes no dia a dia, formação de professores e elaborando atividades pedagógicas para promover o processo de ensino aprendizagem. Esses autores evidenciaram que o NAPNE atua como mediador institucional, articulando políticas educacionais inclusivas e fortalecendo a prática pedagógica colaborativa.

Considerando que o Napne é composto por uma equipe diversificada, pode-se inferir que o atendimento efetivo deve ocorrer de forma colaborativa, envolvendo todos os setores da instituição, com a participação essencial de um educador especial que auxilie os demais profissionais no atendimento de estudantes com altas habilidades/superdotação (Zago; Ribeiro, 2017).

Os estudos analisados enfatizam que embora o Napne esteja presente nos IFs, ainda se faz necessário fortalecer suas funções para consolidar o atendimento efetivo a estudantes com altas



habilidades/superdotação, garantindo práticas sistemáticas e integradas a fim de atender esse público. O Napne em conjunto com o AEE, destaca-se como um instrumento estratégico para promover a inclusão educacional, contribuindo para uma prática pedagógica ética, colaborativa e voltada à maximização do potencial de cada estudante, de acordo com a legislações vigentes (Mendonça; Neto, 2024; Zago; Ribeiro, 2017).

Mendonça e Neto (2024) relatam que a construção do AEE para estudantes com AH/SD no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) tem como destaque o uso de projetos que estimulem a inclusão, destacando-se monitorias, flexibilização e enriquecimento curricular, atendimento individualizado e orientação às famílias e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo realizar análise de artigos científicos e teses e dissertações que abordem as práticas pedagógicas para estudantes com AH/SD no contexto dos IFs. Os resultados encontrados após análise de dois artigos revelam que existem poucas produções abordando práticas pedagógicas para estudantes com AH/SD nessas instituições.

O tema é pouco discutido no ambiente acadêmico e inclusive sua implantação ainda é precária, isso pode ser constatado pelos poucos resultados encontrados na literatura que abordam AH/SD nos IFs.

Os Institutos Federais assim com a rede pública estadual e municipal tem o direito de AEE para esse público é garantido pelas legislações vigentes. Entretanto, percebe-se que ainda é um tema pouco discutido no ambiente acadêmico e inclusive sua implantação ainda é precária, isso pode ser constatado pelos poucos resultados encontrados na literatura que abordam essa temática. Através de uma revisão rigorosa da literatura, foi possível concluir que em decorrência da dificuldade e escassez de identificação desses estudantes, mitos em torno desses estudantes, preconceito e invisibilidade, existe uma escassez de estudos direcionados aos estudantes com AH/SD.

Sendo assim, destaca-se a importância de novos estudos que abordem o processo de escolarização desses estudantes com AH/SD nos Institutos Federais, considerando uma maior diversidade de intervenções pedagógicas e acompanhamento de sua aplicação e execução, visto que o processo de ensino aprendizagem para esse público é regido por particularidades e interesses próprios.



AGRADECIMENTOS

O quinto autor é bolsista do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), processo número 88887.103377/2025-00.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da nacional**. Brasília: 1996a. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 31 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015_2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

CHAGAS-FERREIRA, J. F. *et al.* Desenvolvendo Habilidades Sociais com Jovens Talentosos: Um Programa e Múltiplas Experiências. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 35, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/GJjJ4WfN59yQpYGSHRnZFQH/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FOLEY-NICPON, M *et al.* The effects of a social and talent development intervention for high ability youth with social skill difficulties. **Taylor & Francis Online**, v. 28, 2017, p. 73-92. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13598139.2017.1298997>. Acesso em: 16 abr. 2024.

HOHENDORFF, J. V. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. Paula.; HOHENDORFF, Jean von. **Manual de produção científica**, pp. 39-54. Penso Editora, 2014.

MEDEIROS, B. A. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal Farroupilha: desafios da educação inclusiva. Curitiba: **Appris**, 2019.

MENDONÇA, A. A. S.; NETO, W. G. A Educação Inclusiva e a Atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE): Estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). **Educação**, Santa Maria, v. 49, 2024.



RANGNI, R. A.; ROSSI, C. S.; KOGA, F. O. Estudantes com altas habilidades ou superdotação: desdobramentos dos índices da Sinopse Estatística e dos Microdados na Região Sudeste do Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13856>. Acesso em: 17 jul. 2024.

RENZULLI, J. S. Reexamining the Role of Gifted Education and Talent Development for the 21st Century: A Four-Part Theoretical Approach. **Gifted Child Quarterly**, [s.l.], v. 56, n. 3, p. 150-159, 2012.

RENZULLI, J. S. Reflections on my work: the identification and development of creative/productive giftedness. In: DAI, David Y.; STERNBERG, Robert J. (Orgs.). Scientific inquiry into human potential: historical and contemporary perspectives across disciplines. p. 197-211. New York: Routledge, 2021.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, vol. 11, p. 83-89. Jan/Fev 2007. :<https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/> dez.2024.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

THEODORO, H. C. S.; RANGNI, R. A. Altas habilidades ou superdotação e habilidades sociais: análise de produções nacionais e internacionais. **APRENDER: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 26, p. 100-116, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/8454>. Acesso em: 23 jul. 2024.

VILARONGA, C. A. R. *et al.* Inclusão escolar e atuação dos Núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 260, p. 283 307, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/CZy8XDFbQgZrYRjmqsgY8bJ/?lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2024.

VOLANTE, D. P.; COSTA, L. U.; CORDEIRO, S. P. R. L. A Rede EPT na perspectiva inclusiva: uma revisão sistemática da literatura sobre formação continuada docente. **Cadernos de Aplicação**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.113842>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ZAGO, C. R.; RIBEIRO, E. A. W. Altas habilidades/superdotação e o atendimento à educacional especializado na educação profissional, técnica e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Dynamis**. FURB, Blumenau, v. 23, n. 1, p. 95-111, 2017.

ZAIA, P.; NAKANO, T. C. Escala de Identificação das Altas Habilidades/Superdotação: Evidências de Validade de Critério. **Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica**. RIDEP, v. n. 55, 2020, p. 31-41. em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7659202>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ZOLTOWSKI, A. P. C. *et al.* Qualidade Metodológica das Revisões Sistemáticas em Periódicos de Psicologia Brasileiros. **Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol.30, n 1 , p. 97-104, /Mar 2014. em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7CvnCh4KJVhgcnkLKnTtFc/?format=pdf> Acesso em:16 dez.2024

